

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO E JURÍDICO SINDAL 2019

O Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso-SINDAL, visando fortalecer o exercício da transparência, apresenta o Relatório Administrativo da atual gestão “Sindal, somos todos nós”, referente ao ano de 2019.

Esta Prestação de Contas do Plano de Metas tem como finalidade o fortalecimento do vínculo entre a entidade e seus filiados.

Em 29 de março de 2019, o SINDAL realizou Assembleia Geral Ordinária, na sede da entidade, em que foram apresentados: o Balanço e a prestação de contas relativos ao ano de 2018; o Orçamento previsto para 2019; e o Plano de Ação 2019, sendo todos aprovados com a maioria dos votos, sendo apenas um voto contrário.

O resultado do Plano de Metas 2019 segue abaixo, conforme o resumo:

PLANO DE AÇÃO 2019

META	ITEM DE CONTROLE (percentual a executar)	SITUAÇÃO (percentual concluído)	RESPONSÁVEL
1. Atender servidores com demanda jurídica, até dezembro/2019	100%	100%	Jovanildo e Departamento Jurídico do Sindal
2. Concluir estudo de alteração do Estatuto do Sindal, até maio/2019	100%	100%	Ariadne e Clélia
3. Diminuir o estorno em 35%, até dezembro/2019	100%	100%	Jovanildo e José Antônio
4. Continuar a negociação da implantação do auxílio saúde, a partir de abril/2019	100%	50%	Jovanildo, Ariadne, José Antônio e Marco
5. Continuar a negociação do pagamento da URV aos servidores do concurso de 1995 e demais servidores que não receberam, a partir de abril/2019	100%	50%	Jovanildo e José Antônio
6. Continuar a negociação do retorno do pagamento da aposentadoria pela ALMT, a partir de abril/2019	100%	50%	Jovanildo
7. Criar equipe para ESTUDO do PCCS, a partir de outubro/2019	100%	0%	Jovanildo e Ariadne
8. Criar equipe de trabalho para buscar apoio político para aprovação da PEC nº 518/2010, até julho/2019	100%	0%	Jovanildo

9. Garantir a realização de eventos, até dezembro/2019	100%	100%	Marcos e Celso Henrique
10. Implantar a ginástica laboral para a terceira idade, até julho/2019	100%	0%	Marcus Penna e Regina
11. Continuar a negociação do enquadramento dos servidores ocupantes do cargo de TLNF em TLNM, até julho/2019	100%	50%	Jovanildo, Ariadne, José Antônio e Marco
12. Solicitar pagamento da RGA, até maio/2019	100%	50%	Jovanildo, Ariadne e José Antônio
13. Continuar a negociação do pagamento da progressão dos servidores, até dezembro/2019	100%	50%	Jovanildo, Ariadne e José Antônio
14. Continuar a negociação da equiparação em 100% da Verba de Representação dos servidores ocupantes dos cargos de níveis médio e fundamental, até dezembro/2019	100%	80%	Jovanildo, Ariadne e José Antônio

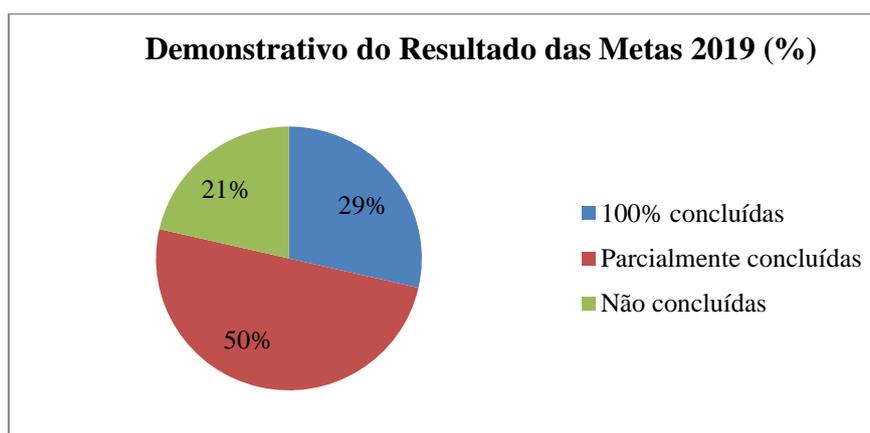


Gráfico 2: Demonstrativo do resultado das metas 2019

Nesse ano, o SINDAL atingiu 29% das metas estabelecidas; 50% foram parcialmente concluídas; e 21% não foram atingidas. Ainda, encaminhou diversos ofícios, destacando as seguintes solicitações:

- Assunção integral do pagamento dos aposentados e pensionistas;
- Encaminhamento de minuta de projeto de lei, que tratava de alteração da tabela de remuneração dos Técnicos Legislativos de Nível Fundamental e Técnicos Legislativos de Nível Médio;
- Retirar da pauta o Projeto de Lei nº 430/2016, que tratou de alteração do Regimento Interno da Escola do Legislativo;

- Encaminhamento de indicação de nomes para compor o Conselho Fiscal do ISSSPL;
- Impacto financeiro previsto para o pagamento da Revisão Geral Anual, que seria implementada em maio/2019;
- Pagamento da Revisão Geral Anual-RGA na data-base maio/2019;
- Reajuste do auxílio-alimentação;
- Destinação de 1% do Orçamento Anual do Poder Legislativo ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo de Mato Grosso, com vistas a atingir o equilíbrio financeiro e atuarial, como princípio fundamental de estruturação e organização do Regime Próprio dos servidores do Poder Legislativo;
- Reunião com a Mesa Diretora, para discutir RGA, auxílio-alimentação e auxílio-saúde;
- Estudo de impacto financeiro da minuta de projeto de lei, que tratava da equiparação da tabela salarial dos Técnicos Legislativos de Nível Fundamental à Classe “D”, Referência “01”, dos Técnicos Legislativos de Nível Médio;
- Requerimento de concessão de RGA;
- Pagamento de horas extras e adicional noturno aos servidores que trabalham nas Sessões Plenárias e ultrapassam a jornada de trabalho legal;
- Impacto financeiro do Adicional por Tempo de Serviço-ATS e das progressões funcionais, bem como relação de progressão concedida aos servidores;
- Apresentou resposta, após deliberação em assembleia geral, à proposta de aumento de auxílio-alimentação e reivindicação de auxílio-saúde;
- Homologação dos pedidos de progressões e promoções funcionais que tramitam junto à Secretaria de Gestão de Pessoas, de acordo com os critérios especificados na Lei nº 7.860/2002, determinando, por conseguinte, a inclusão em folha para respectivo pagamento,

assegurando-se os efeitos financeiros a partir da data de preenchimento dos requisitos legais;

- Cópia da minuta do projeto de lei, elaborada pela Casa de Leis, que alterava a Lei nº 7.860/2002;
- Elaboração de Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, a fim de incluir rubrica orçamentária para: pagamento da Revisão Geral Anual-RGA datas-base maio/2019 e maio/2020; pagamento da Unidade Real de Valor-URV para os servidores da ALMT que não foram contemplados; pagamento das progressões e promoções funcionais; e pagamento do aumento do percentual da Verba de Representação dos cargos de nível fundamental e nível médio em 100%;
- Audiência Pública, para discutir a Mensagem nº 201/2019, Projeto de Lei Complementar nº 96/2019, que tratava de alteração da alíquota previdenciária; e
- Encaminhamento ao MT Prev de carta de renúncia de membro titular do Conselho de Previdência, representante dos segurados da Assembleia Legislativa, informando a vacância do cargo.

Em cumprimento à deliberação unânime da categoria de servidores da Assembleia Legislativa presente na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24/09/2020, o sindicato protocolou ofício à Mesa Diretora, reivindicando implantação de auxílio-saúde no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como reivindicando aumento no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) do auxílio-alimentação. Entretanto, dessa solicitação, apenas o auxílio-alimentação foi atendido, parcialmente, concedendo aumento de R\$ 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor de R\$ 1.150,00 (mil, cento e cinquenta reais).

No tocante às ações, o sindicato realizou:

- 1 (uma) Assembleia Geral Ordinária e 3 (três) Assembleias Gerais Extraordinárias, respectivamente, nos dias 29 de março, 25 de abril, 26 de junho e 25 de outubro de 2019;
- Publicação de Nota de Repúdio contra a aprovação do texto do projeto de lei complementar, aprovado na tarde de 09.12.2019, pelo Conselho

de Previdência, que elevou a alíquota de contribuição do servidor de 11% para 14%;

- Publicação da Portaria nº 001, em 26 de abril de 2019, que nomeou os filiados Edson Ângelo da Silva, Cláudio de Oliveira Alves, Benedito Ferreira Paes Sobrinho Moreira, Maria da Glória Garcia Silveira e Barbara Maria Paula Lima para comporem a Comissão Especial de Negociação da Revisão Geral Anual – RGA;
- Publicação da Portaria nº 002, em 03 de dezembro de 2019, que proibiu o aumento de limite do cartão Convênios Card.

Com relação ao atendimento jurídico, a assessoria jurídica do SINDAL, realizada pela Dr^a Doriane Psendzeuk, acompanhou os sindicalizados nos contenciosos administrativos e nas demais esferas judiciais e encaminhou à ALMT os seguintes requerimentos:

Em 09 de março:

- Revisão dos cálculos dos valores das verbas pagas aos servidores a título de retroativo da URV aos representados de classe – ativos e inativos –, com a aplicação de juros moratórios de 1% ao mês, entre agosto de 1996 a agosto de 2001 e de 0,5% ao mês de setembro de 2001 em diante, bem como o respectivo pagamento aos representados;
- Revisão dos cálculos no sentido de se verificar eventual incidência equivocada de IR e Previdência sobre os juros apurados à época, bem como a respectiva devolução aos servidores representados; e
- Implantação do percentual de 11,98% à remuneração dos servidores que ingressaram nos quadros da ALMT via concurso público, a partir do ano de 1995; e
- Pagamento das diferenças resultantes da conversão de cruzeiro real para URV, ocorrida no mês de março/1994, observados os limites e compensações nas respectivas épocas próprias, adotando-se, neste sentido, os mesmos critérios estabelecidos judicialmente na Ação Coletiva nº 12601-98.2001.811.0041, devendo, ainda, ser estabelecido prazo para realização dos estudos necessários para apuração do passivo.



Em 18 de outubro:

- Manutenção do desconto previdenciário na remuneração do cargo em comissão dos servidores, posto sua possibilidade de incorporação por ocasião da aposentadoria, salvo se estes requererem a isenção; e
- Caso a ALMT entenda de modo diverso, no sentido de isentar da remuneração do cargo em comissão a contribuição previdenciária, sejam os servidores intimados para manifestação em regular processo administrativo.

Em 19 de dezembro:

- Suspensão da cobrança previdenciária sobre 1/3 de férias, bem como pedido de restituição dos valores descontados indevidamente, sob o Protocolo nº 201959666.

Sendo assim, sempre primando pela valorização do servidor e garantia dos seus direitos, colocamo-nos à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos.

SINDICATO DOS SERVIDORES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO